
APRESENTAÇÃO

O ano de 2008 tem sido marcado por diversas comemorações. No nosso caso, em especial, gostaríamos de ressaltar a dos 200 anos de educação médica no País, associada à dos 20 anos do nosso Sistema Único de Saúde (SUS).

A Associação Brasileira de Educação Médica (ABEM), fundada em 1962, desenvolveu este ano diversas atividades que enfatizaram tais movimentos históricos, incluindo o I Congresso da Regional Rio de Janeiro/Espírito Santo, que tem como um dos produtos o atual Caderno da ABEM, e a realização, em outubro, do 46º Congresso Brasileiro de Educação Médica (Cobem 2008). Estas duas iniciativas marcam os locais das duas primeiras escolas de Medicina no Brasil: Salvador e Rio de Janeiro.

Hoje, ao comemorarmos duas iniciativas importantes, uma referente à educação médica e outra à organização do sistema de saúde brasileiro, não poderíamos deixar de ressaltar, apesar de nem sempre valorizada, a relação que a formação médica e a das demais profissões de saúde mantêm com o nosso sistema de saúde – construído de forma democrática e participativa, voltado a melhor atender às necessidades da população.

O nosso SUS tem como uma de suas diretrizes o “atendimento integral com prioridades para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais” (Brasil, 1988. art. 198). Esta expressão reflete uma imagem da configuração de uma situação que se quer imprimir, com ênfase na transformação de determinada realidade, ou seja, reflete algo que devemos buscar entender e construir, mesmo que a situação atual não se apresente da forma desejada.

Por outro lado, reforçando o que instrui o SUS, as Diretrizes Curriculares Nacionais afirmam: o formando egresso/profissional deve ter uma formação generalista, humanista, crítica e reflexiva. Capacitado a atuar, pautado em princípios éticos e com base no rigor científico e intelectual, no processo de saúde/doença em seus diferentes níveis de atenção à saúde, com ações de promoção, prevenção, recuperação e reabilitação à saúde, na perspectiva da integralidade da assistência, com senso de responsabilidade social e compromisso com a cidadania, como promotor da saúde integral do ser humano.

A legislação referente à formação do profissional de saúde e à organização do nosso modelo assistencial é fruto de um processo de luta empreendida por diversos segmentos sociais que defenderam os ajustes considerando as necessidades sociais associadas às mudanças ocorridas no perfil demográfico e epidemiológico da população, a evolução científica e tecnológica ocorrida, as necessárias adequações do processo de trabalho acopladas a uma nova lógica de organização dos serviços de saúde e os avanços nos métodos ativos de aprendizagem para adultos.

Sabemos que o grau de sucesso do processo das inovações/transformações extrapola o uso de técnicas ou métodos. Consolida-se como resultante das diversas formas de se ver e estar no mundo, detectando as barreiras epistemológicas, psicológicas, culturais e sociopolíticas que a ele se opõem.

É necessário ajustar os modelos de ensino e de serviços de forma conjunta e concomitante. A associação das ações tende a facilitar o desenvolvimento do processo de mudanças. Na maioria das vezes, nem o modo de ensino nem o de atenção estão adequados. Podemos entender as formatações dos novos cenários de práticas como espaços de embates constantes entre as escolhas políticas, éticas e pedagógicas, assumindo elevado grau de importância na determinação dos possíveis caminhos a serem adotados pelas políticas de saúde e de formação e capacitação de pessoal.

As propostas apresentadas, embora representem a postura legal, não são hegemônicas no ambiente das instituições de ensino e nem de serviços. É necessário um esforço dos diversos segmentos institucionais para que possamos avançar nas discussões e construir estrategicamente os novos caminhos das transformações da aprendizagem e do nosso processo de trabalho em saúde. Convocamos docentes, discentes, profissionais de serviços e representações sociais para, juntos, definirmos os caminhos a percorrer nos próximos 200 anos.

João José Neves Marins

Diretor Executivo

Associação Brasileira de Educação Médica